

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: fevereiro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Bolsa-Família e eleição – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 01/02/2010	3
Governo faz ameaça eleitoral ao recadastrar Bolsa Família – O Globo – Capa – 03/02/2010	4
Ameaça nas entrelinhas – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 03/02/2010.....	4
Troteio com Bolsa Família – Catarina Alencastro- O Globo – O País – 04/02/2010.....	6
INFORMATIVO DE FIM DO PROGRAMA É CRITICADO – Folha de São Paulo – Brasil – 04/02/2010	7
Comércio critica gasto com pessoal e elogia Bolsa Família – Valor Econômico – Brasil - 09/02/2010.....	8
O Selo da Agricultura Familiar – Sítio eletrônico da Fetraf – 10/02/2010....	8
Clima favorável na safra amplia produtividade, confirma Conab – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 10/02/2010	10
Juro custa 13 vezes o Bolsa Família – Sérgio Lamucci – Valor Econômico – Brasil – 12/02/2010.....	12
A criação de quilombos – Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 15/02/2010	14
Preconceito contra o agronegócio – Cesário Ramalho da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 17/02/2010	15
Kátia Abreu propõe ações para acabar com a continuidade da pobreza no Brasil – Sítio Eletrônico da CNA – 23/02/2010	17
Tucanos buscam discurso sobre Bolsa Família – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/02/2010.....	18
ONU pede mais que Bolsa-Família contra desigualdade – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 26/02/2010.....	19

Bolsa-Familia e eleição – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 01/02/2010

A regra definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) para as famílias inscritas no programa Bolsa-Familia continuarem recebendo o benefício era clara: as que não tivessem atualizado seu cadastro há mais de dois anos teriam o benefício cancelado. Mas, no fim do ano passado, quando constatou que, apenas no primeiro grupo recadastrado, havia quase 1 milhão de famílias que deveriam ter o benefício cancelado, o MDS discretamente mudou a regra, por meio de uma simples “instrução operacional”.

Essas famílias continuarão a receber o Bolsa-Familia, mesmo sem a atualização cadastral.

Tomada pouco antes do início de um ano em que haverá eleição presidencial, na qual a candidata oficial certamente utilizara o Bolsa-Familia como um de seus principais temas de campanha, a decisão do MDS deixa no ar um cheiro de oportunismo eleitoral.

No ano passado, cerca de 3,4 milhões de famílias, de um total de 12,4 milhões beneficiadas pelo Bolsa-Familia, deveriam atualizar seus cadastros.

Entre fevereiro e outubro de 2009, as prefeituras, convocadas pelo MDS para colaborar nessa tarefa, conseguiram atualizar o cadastro de 2,2 milhões de famílias. Estas continuarão a receber normalmente o benefício. Algumas inscritas no programa não foram encontradas, outras foram excluídas por estarem fora do perfil, outras, ainda, tiveram o benefício cancelado porque não cumpriram as exigências (em matéria de educação e saúde) para o recebimento.

Sobraram 975 mil famílias que não atualizaram o cadastro e, “por isso, tiveram o benefício bloqueado na folha de pagamento de novembro pelo motivo ‘encerramento do prazo para revisão cadastral’”, como anunciou nota do MDS, no dia 10 de dezembro.

A instrução do Ministério para o eventual desbloqueio nesses casos era precisa: “Para desbloquear o benefício dessas famílias, o gestor deve atualizar o cadastro da família no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal e aguardar de dois a quatro dias, quando esta informação será incorporada ao Sistema de Gestão de Benefícios e o benefício será desbloqueado automaticamente.”

Não foi preciso o gestor tomar essas providências. Menos de duas semanas depois de ter anunciado os resultados do recadastramento, que implicavam a exclusão de quase 30% das famílias pesquisadas, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) do MDS baixou a instrução operacional com informações sobre procedimentos para atualização e revalidação cadastral das famílias inscritas no CadÚnico.

A instrução estabelece “novos conceitos” para a revisão cadastral. O mais interessante é o de “validade do benefício”.

Por meio de um complicado jogo de palavras, esse “conceito” estabelece que, por determinado período, as famílias inscritas no programa que não atualizaram o cadastro ou que passaram a ter renda familiar *per capita* superior ao teto de R\$ 140 mensais “poderão continuar recebendo os benefícios financeiros do Bolsa-Familia”.

Resumidamente, durante a “validade do benefício”, a regra de exclusão não vale para 1 milhão de famílias, formadas por um número ainda maior de eleitores que em outubro votaram para presidente, governador, senadores, deputado federal e deputado estadual. Talvez seja mera coincidência, mas é sugestivo que a “validade do

benefício” termina no dia 31 de outubro de 2010, quando, se houver necessidade, será realizado o segundo turno da eleição para presidente da República e para governador. Encerrado o prazo, “caso os cadastros ainda estejam nessas condições (desatualizados), caberá, respectivamente, bloqueio e cancelamento do benefício”, diz a instrução do MDS.

O Bolsa-Família tem sido elogiado por seu impacto na redução da pobreza e por sua exigência de contrapartida das famílias beneficiadas, como a manutenção dos filhos na escola e o cumprimento de normas de saúde e higiene. Mas a falta de limites claros para o término do pagamento dos benefícios e seu caráter assistencialista o tornam vulnerável às críticas. Seu uso com aparente interesse eleitoral, como nesse caso, o enfraquece ainda mais.

Governo faz ameaça eleitoral ao recadastrar Bolsa Família – O Globo – Capa – 03/02/2010

Instrução a prefeitos alerta que, em 2011, novo governo poderá mudar programa Um documento publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social contém uma ameaça velada aos beneficiários do Bolsa Família: lembra que em 2011, ao assumir o novo governo, as principais diretrizes do programa poderão ser alteradas. O alerta está numa instrução operacional distribuída a prefeitos com regras para o recadastramento — uma das exigências para que os beneficiários não sejam excluídos do programa. O texto diz que a ajuda de custo está garantida por 3 anos para quem já atualizou os dados. Mas adverte que, em 2011, “a validade do benefício estará sujeita a alterações”. Para Damásio de Jesus, especialista em Direito Administrativo, o texto cria insegurança jurídica e pode ser entendido como ameaça. “Isso é terrorismo.

Não é possível que a lei diga uma coisa hoje e, ao mesmo tempo, diga que isso pode ser mudado.” O governo nega a intenção de ameaçar, mas admite que o texto dá margem a diferentes interpretações.

Ameaça nas entrelinhas – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 03/02/2010

Norma distribuída a prefeitos diz que próximo gestor pode mudar regras do Bolsa Família

Um texto editado pelo Ministério do Desenvolvimento Social para orientar o recadastramento de beneficiários do Bolsa Família afirma que o gestor que assumir o comando do programa federal no próximo governo poderá alterar suas regras. O alerta faz parte da instrução operacional número 34, editada no dia 23 de dezembro do ano passado, e que será repassada aos prefeitos, responsáveis pela atualização dos dados do cadastro do Bolsa Família. O documento explica que a validade do benefício está garantida por três anos para quem já atualizou seus dados em 2008 e 2009. Embora não esteja expresso, o texto dá a entender que o mesmo deve valer para quem se recadastrar em 2010. Mas, segundo a advertência do ministério, a partir de 2011, o prazo de validade do benefício não está garantido.

Segundo a instrução operacional, hoje a validade do benefício “depende do ano em que houve a última atualização cadastral”. “Cadastros atualizados em 2008 terão a validade do benefício firmada em 31/10/2011; cadastros atualizados em 2009, 31/10/2012. Para os anos de 2011 e 2012, no entanto, a fixação da data de validade do

benefício estará sujeita a alterações segundo novas diretrizes que sejam estabelecidas pela nova administração que assumir o Bolsa Família em janeiro de 2011”, diz o texto.

Texto pode trazer insegurança jurídica

Para o especialista em Direito administrativo, Damásio de Jesus, a norma traz insegurança jurídica e pode ser entendida pelos beneficiários como uma ameaça.

— Estamos diante de uma quase total insegurança jurídica. Isso é terrorismo.

A lei é isto aqui, mas ela pode mudar a qualquer momento. Parece-me que o governo está tentando antecipar circunstâncias que ele supõe que venha a acontecer — disse ele. — Não é possível que a lei diga alguma coisa hoje e, ao mesmo tempo, diga que isso pode ser mudado.

Parece-me muito estranho que o governo faça isso.

O professor de Direito administrativo da Uerj, Gustavo Binenbojm, afirma que, do ponto de vista da responsabilidade fiscal, a norma está certa. Ele vê, no entanto, margem para interpretações políticoeleitorais.

— A medida tem um caráter ambíguo.

Ainda que ela seja suscetível a uma explicação eleitoral, juridicamente é correta — diz.

Segundo ele, o governo passa, com a norma, a mensagem de que o benefício está garantido somente enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou seus candidatos, estiverem no poder: — A mensagem política que o governo quer passar é que, se o governo Lula continuar, está tudo garantido.

Se não, vocês (beneficiários do programa) vão ter que se acertar com o governo de oposição

Secretária admite falta de cuidado

A secretária nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Lúcia Modesto, nega que a intenção da regra seja espalhar terror entre os beneficiários.

Mas ela admite que o texto dá margem para diferentes interpretações: — Este texto vem suscitando diversas interpretações que vão para além do que, de fato, está escrito nele.

Talvez a gente não tenha tido o cuidado (necessário) com a linguagem.

Segundo ela, a instrução operacional tem como finalidade orientar os gestores do programa nos municípios.

Lúcia Modesto diz que o documento foi discutido em uma teleconferência com gestores municipais e, na ocasião, não houve, por parte deles, dúvidas sobre o teor meramente funcional da mensagem: — A instrução não tem valor normativo, é uma instrução operacional.

É um texto técnico que ajuda os municípios a se organizarem em um ano que é mais curto que os outros.

A instrução foi editada para ajudar os municípios na atualização do cadastro único de integrantes do Bolsa Família. Desde 2008, quem recebe auxílio pode ficar dois anos sem atualizar suas informações sem correr o risco de perder o auxílio. A partir daí, caso não o faça, terá o repasse bloqueado e, após três meses, será desligado do programa.

A instrução operacional explica que está em vigor um novo conceito de validade do benefício que assegura à família continuar recebendo o dinheiro do governo federal, mesmo que o rendimento per capita seja superior a R\$ 140, teto permitido no programa. O argumento é que as famílias podem eventualmente conseguir uma renda extra, como um emprego temporário. Com a renda maior

corriam o risco de perder o benefício. Mas, há alguns anos, o entendimento do ministério é o de que essa renda eventual não pode

prejudicar a família que ainda deve ser mantida no programa.

A instrução operacional estabelece ainda uma novidade para o cadastramento.

A partir deste ano, cada beneficiário terá um mês específico para fazer a revisão cadastral. O mês depende dos últimos algarismos do Número de Identificação Social (NIS) do responsável pela unidade familiar.

Mais de 700 mil cancelamentos

Ontem, o ministério divulgou que 709.904 famílias terão o recebimento do Bolsa Família cancelado a partir do dia 11 deste mês. O motivo é que o cadastramento delas não foi atualizado nos últimos dois anos.

O estado que mais terá famílias retiradas do programa é São Paulo, com 133.992 cancelamentos. Em segundo lugar vem a Bahia, com 67.986. O Rio terá 47.648 famílias retiradas do Bolsa Família ainda este mês.

As famílias poderão recorrer do cancelamento e voltar a integrar o programa. A decisão é da prefeitura da cidade onde moram, que é a responsável pela gestão do benefício.

Ao todo, 4.112.315 de famílias já foram desligadas do programa. A maioria (2.237.587) por terem renda familiar superior à exigida

Tiroteio com Bolsa Família – Catarina Alencastro- O Globo – O País – 04/02/2010

Para PSDB, PT faz terrorismo com ameaça a beneficiários do programa; governo nega acusação

Catarina Alencastro BRASÍLIA

A oposição fez ontem pesadas críticas ao governo federal, que, em um texto produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, alertou para o risco de ocorrerem mudanças em regras do Bolsa Família a partir de 2011, quando começa o próximo governo. O presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), disse que o documento é uma “ameaça desonesta” e que o governo está disseminando o terrorismo e a mentira.

O presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia, acusou o governo de “chantagem emocional”.

— É desonesta a ameaça. Agora eles estão fazendo essas ameaças, disseminando a mentira, o terrorismo, para as pessoas simples do Brasil inteiro na pré-campanha ou antes ainda da pré-campanha — disse Guerra. — Isso dá uma medida do que esse pessoal vai fazer para não entregar o governo.

O PT quer eleger a ministra Dilma sem voto, quer empurrar a candidatura pela goela de todo mundo.

Guerra nega que seu partido, caso vença a eleição, tenha a intenção de acabar com o Bolsa Família.

Segundo ele, o PSDB pretende ampliar o programa, e não extingui-lo. Como O GLOBO publicou ontem, a instrução operacional número 34 adverte que “A data de validade do benefício estará sujeita a alterações segundo novas diretrizes que sejam estabelecidas pela nova administração que assumir o Bolsa Família em janeiro de 2011”.

— Não vamos acabar com coisa nenhuma, vamos manter e ampliar o programa porque achamos que é certo.

Nossa impressão digital está lá, começou no governo Fernando Henrique. Tudo isso é uma fraude, o prenúncio do que será a campanha: mentira e terrorismo — reclamou Guerra.

‘Documento é ilegal’, diz deputado do DEM

Maia disse que seu partido estuda tomar medidas formais contra os responsáveis pelo texto, elaborado para orientar o cadastramento de beneficiários do Bolsa Família. Ele classificou o documento como “irresponsável e ilegal” e diz que é praxe, no PT, ameaçar o eleitorado, dizendo que a oposição vai acabar com programas: — O PT tem começado com esse discurso de que os programas vão acabar. A ação do governo é irresponsável e ilegal. Vamos trazê-lo às comissões (do Congresso) para debater a chantagem emocional.

O ex-líder do governo Henrique Fontana (PT-RS) disse que não há interesse em polemizar sobre o programa.

Ele lembrou que o Executivo trabalha num texto para incluir o programa na legislação como um direito. A proposição deverá estar no projeto que consolida as leis sociais.

— Não há nenhum interesse do governo em mexer no Bolsa Família ou em criar polêmicas. O texto do ministério não tem esta finalidade. Não há objetivo de criar insegurança.

O atual líder, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), minimizou: — (O texto) é um detalhe muito pequeno para termos uma discussão sobre o Bolsa Família.

O pesquisador Sergei Soares, do Ipea, que estuda o programa há cinco anos, diz que o texto está correto e que o governo foi honesto em deixar clara a possibilidade de mudanças: — O único problema é de redundância.

É óbvio que qualquer governo que venha poderá mudar regras.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome divulgou nota dizendo que sua assessoria jurídica não vê insegurança jurídica no texto: “A referida instrução trata apenas do procedimento para atualização cadastral dos beneficiários que estão no programa há mais de dois anos sem que seus dados tenham sido atualizados pelos municípios. Esses procedimentos, como acontece em qualquer política pública, estão em permanente processo de aperfeiçoamento”.

INFORMATIVO DE FIM DO PROGRAMA É CRITICADO – Folha de São Paulo – Brasil – 04/02/2010

Os presidentes de associações de prefeitos da Bahia classificaram como "terrorismo eleitoral" a instrução operacional do Ministério do Desenvolvimento Social que põe em dúvida a manutenção do programa após a sucessão de Lula. Em Pernambuco, o presidente da Associação Municipalista e prefeito de Lagedo, Antonio João Dourado (PDT), disse não ver sentido no comunicado. Em Minas, o prefeito de Conselheiro Lafaiete e presidente da Associação de Municípios, José Milton Rocha (PSDB), disse que envio de instruções é praxe, mas nunca houve alerta para cenário futuro.

Comércio critica gasto com pessoal e elogia Bolsa Família – Valor Econômico – Brasil - 09/02/2010

Reunidos na sede da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomercio) em São Paulo, representantes das principais associações da indústria e comércio do país criticaram a falta de controle nos gastos com pessoal pela União e se mostraram favoráveis a programas de redistribuição de renda como o Bolsa Família.

O grupo, intitulado "Brasil Eficiente", cujos principais articuladores são empresários do Sul do país, pretende formular um documento, com sugestões que serão apresentadas aos presidentiáveis. Questionado sobre que medidas do atual governo avalia como eficazes, o economista Paulo Rabello de Castro, que presidiu a reunião, fez considerações elogiosas ao Bolsa Família: "O programa é eficiente, detecta um público-alvo e a correção de distorções é simples. Gasta-se muito menos com o Bolsa Família do que com o inchaço da máquina".

Para Raul Velloso, da ARD Consultores Associados, "o funcionário contratado hoje pela União é o maior felizardo do país. Fica na conta do governo por 60 anos, ganha mais do que no setor privado e não é mandado embora".

O grupo não se posicionará politicamente nas eleições de 2010: "O que queremos é oferecer nossa visão de como melhorar o país, seja quem for o próximo presidente". Na reunião de ontem, ficou definido que uma equipe coordenada por Raul Velloso fará um diagnóstico, que será oferecido aos candidatos em aproximadamente dois meses. Na pauta, a reformulação da Previdência Social e aglutinação dos tributos fiscais. Entre os participantes estava o ex-senador e presidente de honra do DEM, Jorge Bornhausen. **(VL)**

O Selo da Agricultura Familiar – Sítio eletrônico da Fetraf – 10/02/2010

A Agricultura Familiar fornece em torno de 70% dos alimentos consumidos no País, no entanto, esta participação é praticamente invisível para os consumidores. Para tornar visível esta importante participação da agricultura familiar na produção dos alimentos consumidos, todos os dias, pela maioria da população o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF).

O Selo da Agricultura Familiar pretende identificar e dar visibilidade às empresas e aos empreendimentos da agricultura familiar, que promovem a inclusão social e econômica dos agricultores, ao utilizarem em seus produtos as matérias primas oriundas desse segmento produtivo, gerandomais empregos e renda no campo.

A validade do Selo é de cinco anos (podendo ser renovado) e será concedido para a identificação de produtos como verduras, legumes, polpas de frutas e laticínios, entre outros. O Selo deverá estimular a economia nacional, a partir da ampliação da comercialização de produtos da agricultura familiar.

Além de valorizar a produção agrícola familiar, o Selo facilitará o acesso a alimentos

de qualidade produzidos em um meio rural cada vez mais justo e sustentável.

Sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental, valorização cultural e desenvolvimento local são valores que orientam as ações do MDA, por meio de programas e políticas voltadas para a agricultura familiar, e cada dia mais estes agricultores familiares vêm se apropriando. E o SIPAF tem justamente este papel de traduzir e tornar visível, a importante participação da agricultura familiar na alimentação da população.

O principal objetivo do Selo é, portanto, fortalecer a identidade social da agricultura familiar e divulgar a presença significativa da sua produção à mesa dos consumidores brasileiros.

O uso do SIPAF é de caráter voluntário. Por isso, seus objetivos só podem ser alcançados pela ampla adesão dos agricultores familiares, das cooperativas e associações da agricultura familiar e dos empresários.

Quem pode obter permissão para usar o Selo em seus produtos?

- Empresas que utilizem matérias primas oriundas da AF.
- Agricultores familiares (pessoas físicas) que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)
- Cooperativas de Agricultores Familiares que possuem ou não Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

- Aos que possuem a DAP, a permissão de uso do Selo da Agricultura Familiar será automática.

- Empresas ou cooperativas, que não possuem DAP, terão permissão de usar o Selo, se comprovarem que:

Pelo menos 51% dos gastos em matéria prima do produto final sejam oriundos da agricultura familiar, no caso de produtos cuja composição seja de apenas uma matéria prima.

Pelo menos 51% dos gastos em matéria prima principal do produto final sejam oriundos da agricultura familiar, no caso de produtos cuja composição seja de mais de uma matéria prima.

Os interessados deverão estar com a documentação regular, CNPJ, em caso de empreendimento, e CPF, em caso de pessoas físicas. Os que possuem a DAP devem ficar atentos ao prazo de validade.

Como obter permissão para usar o Selo?

Os interessados em receber permissão para usar o selo em seus produtos deverão encaminhar o MDA os seguintes documentos:

Carta de solicitação (ANEXO I da Portaria Nº 45, de 28 de Julho de 2009) Cópia do

documento de inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda (quando pessoa jurídica);

Proposta de obtenção do SIPAF

Pessoa Física (ANEXO IV da Portaria N° 45, 28 de Julho de 2009)

Cooperativa/Associação (ANEXO III da Portaria N° 45, 28 de Julho de 2009)

Empresa (ANEXO II da Portaria N° 45, 28 de Julho de 2009)

O interessado deve encaminhar essa documentação:

**Ao Sr. Secretário da Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretária de Agricultura Familiar (SAF)
Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 01, Bloco "D", Ed. Palácio do Desenvolvimento, 6º andar
CEP: 70.057-900 Brasília - DF**

Clima favorável na safra amplia produtividade, confirma Conab – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 10/02/2010

As chuvas voltaram a provocar problemas graves em municípios do Centro-Sul do país em janeiro, mas para o desenvolvimento das lavouras de grãos o comportamento climático continuou favorável no mês, com reflexos bastante positivos sobre a produtividade de culturas como soja, milho e algodão - e, com isso, sobre a produção total estimada para a safra 2009/10, que está sendo colhida.

Novo levantamento da Conab, realizado entre os dias 18 e 22 do mês passado e divulgado ontem, aponta para uma colheita de 143,095 milhões de toneladas de grãos nesta temporada, 1,2% a mais que o volume projetado a partir da pesquisa anterior e 5,9% acima do total do ciclo 2008/09 (135,135 milhões), que foi prejudicado por uma prolongada e severa estiagem nos Estados do Sul e em áreas de Mato Grosso do Sul.

Como a área plantada manteve-se praticamente estável em relação à safra passada e à previsão anterior para a temporada atual, em 47,652 milhões de hectares, o ganho projetado decorre de elevações de produtividade. No caso dos principais grãos, é até covardia comparar os novos cálculos aos de 2008/09, por causa da seca. Mas em relação às estimativas iniciais para 2009/10 também há incrementos.

Há, entretanto, alguns riscos pela frente. Nas últimas semanas, algumas colheitas sofreram atrasos por causa das chuvas e as perdas de produção dos casos de arroz e feijão são flagrantes. Em São Paulo, por exemplo, produtores de municípios

como Avaré e Itapeva acusam quebras entre 30% e 50% em suas produções de feijão, conforme informou a Secretaria da Agricultura dos Estado. No Rio Grande do Sul, arroseiros preveem a perda de 1 milhão de toneladas.

Para a soja, carro-chefe do agronegócio e das exportações brasileiras do setor, as águas estão tranquilas. Tanto que a Conab, que calcula uma expansão da área plantada de 6,7% no ciclo - o único avanço entre as principais culturas pesquisadas -, sinaliza uma colheita, recorde, de 66,733 milhões, 16,7% superior ao volume de 2008/09. Em média, a produtividade das lavouras espalhadas pelo país deverá mais do que se recuperar e aumentar 9,4%, para 2.875 quilos por hectare. Em Mato Grosso, principal Estado produtor de soja, a Conab ainda estima leve queda de 0,1% na produtividade - no relatório anterior, a previsão era de baixa de 1,4% -, mas agricultores do Estado acreditam em incremento, como informou ontem o **Valor**.

"Nossa grande preocupação é com os preços. A dos produtores também, porque à medida que a safra apresenta números tão bons, os preços tendem a cair, e preços muito baixos podem complicar", comentou o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, segundo relato da Agência Brasil. Se o aumento projetado se confirmar, a produtividade da soja baterá um novo recorde no país em 2009/10.

Em Mato Grosso, a produção do grão deverá crescer 5,6%, para 18,962 milhões de toneladas; no Paraná, segundo maior celeiro de soja do Brasil, a produtividade deverá subir 28,8% e a produção, 42,1%, para 13,517 milhões. Os preços de fato já estão mais baixos. O início da colheita em Mato Grosso, que já cobriu 17,4% da área plantada, aponta cotações até 34% menores do que em fevereiro de 2009, segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). Na bolsa de Chicago, a curva também é descendente.

No caso do milho, o novo levantamento da Conab, o quarto referente ao ciclo 2009/10, é o primeiro a sinalizar aumento da produção na comparação com 2008/09. O órgão vinculado ao Ministério da Agricultura passou a trabalhar com colheita total de 51,363 milhões de toneladas, 875 mil acima que o estimado no terceiro levantamento e 0,7% mais que na temporada anterior. A produção de verão deve mesmo cair (3,8%) em razão da redução da área plantada, que migrou para a soja, mas a projeção para a safrinha de inverno é de incremento de 9,5%.

O grande ponto negativo entre as projeções do governo é o arroz, sobretudo em terras gaúchas. "Se recuperaram os mananciais que fornecem água para irrigação" na região Sul, analisa o relatório da Conab, "as grandes precipitações prejudicaram as lavouras" com alagamentos e áreas mais baixas próximas às margens dos rios. Com isso, a produção nacional deverá atingir 11,508 milhões de toneladas, 8,7% menos que em 2008/09.

A partir de considerações em geral bastante semelhantes às da Conab, o IBGE divulgou que a colheita brasileira de grãos, leguminosas e oleaginosas deverá alcançar 143,4 milhões de toneladas, 7,2% mais que no ano passado. O IBGE calcula uma área plantada total maior que a estimada pela Conab. O IBGE projeta 48,1 milhões de hectares, 2,1% superior a do ciclo anterior e um novo recorde. O instituto destacou que o fenômeno climático El Niño, responsável pelas chuvas no Centro-Sul do país, está enfraquecendo, o que pode ajudar um pouco o arroz.

Juro custa 13 vezes o Bolsa Família – Sérgio Lamucci – Valor Econômico – Brasil
– 12/02/2010

Os gastos com juros do setor público podem ficar abaixo de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, o que não ocorre desde 1997, quando totalizaram 4,61% do PIB. No entanto, ainda que em 2010 essas despesas venham a ser as menores em 13 anos nessa base de comparação, o país ainda gasta muito com juros. Dispêndios financeiros de 4,9% do PIB em 2010, por exemplo, equivalem a algo como R\$ 172 bilhões, mais de cinco vezes os R\$ 34,1 bilhões investidos pelo governo federal em 2009, ou 13 vezes os R\$ 13,1 bilhões previstos para o orçamento do Bolsa Família neste ano.

Uma taxa Selic média um pouco mais baixa do que no ano passado e um crescimento mais forte da economia são os principais fatores a explicar a perspectiva de uma menor carga de juros como proporção do PIB em 2010. Em 2009, as despesas financeiras foram de 5,4% do PIB, ou R\$ 169,1 bilhões em valores absolutos.

O economista Marcos Fantinatti, da MCM Consultores Associados, estima que o Brasil vai pagar 4,95% do PIB de juros em 2010. Para ele, a Selic média ficará em 9,73% neste ano, um pouco abaixo dos 9,93% de 2009. Ele espera o começo da alta dos juros em abril, com a taxa básica, hoje em 8,75% ao ano, atingindo 11,75% em dezembro.

A Selic não é o único indicador que corrige a dívida pública, mas é uma referência importante para o custo financeiro do setor público. Para completar, o crescimento da economia deverá ser bem mais robusto neste ano do que no ano passado, observa Fantinatti, que projeta uma expansão de 5,5% em 2010, uma aceleração expressiva em relação à variação próxima de zero prevista pelos analistas para 2009. Com isso, o valor gasto com juros fica menor em relação a um PIB maior, que também deve aumentar mais em termos nominais dada a perspectiva de uma inflação um pouco mais alta neste ano.

Por fim, Fantinatti diz que a sua aposta num dólar mais caro ao longo do ano - ele prevê uma moeda americana em R\$ 2 em dezembro - também ajuda a explicar a menor carga de juros que ele espera para este ano. Como o setor público é hoje credor líquido em moeda estrangeira - os ativos em dólar superam as dívidas -, as despesas financeiras totais diminuem quando o dólar sobe.

O estrategista-chefe do BNP Paribas, Alexandre Lintz, acredita que os gastos com juros podem ser ainda menores em 2010, projetando despesas de 4,4% do PIB. "A principal explicação é que a minha taxa Selic média é bem menor que a da maior parte do mercado." Ele aposta num aumento dos juros básicos apenas em outubro, com a Selic fechando o ano em 9,25%. Na média de 2010, a taxa ficaria em 8,83%. O ponto é que Lintz vê uma atividade econômica menos aquecida que a esmagadora maioria dos analistas -para ele, a expansão do PIB em 2010 será de 4,9%, enquanto no mercado há quem projete até mesmo alta de 6,5%.

O analista sênior para a América Latina da Economist Intelligence Unit (EIU), Robert Wood, tem uma projeção um pouco mais pessimista, acreditando que o Brasil gastará 5,4% do PIB de juros em 2010, o mesmo percentual registrado em 2009. Ele aposta em juros médios de 9,9% neste ano e num crescimento da economia de 5%. "A dívida pública brasileira ainda é alta", acrescenta Wood. Em dezembro de 2009, a dívida líquida do setor público ficou em 43% do PIB, ao passo que a bruta terminou o ano passado em 63% do PIB. Países com classificação de risco semelhante à do Brasil ficaram em 2009 com um endividamento líquido na casa de 30% do PIB, segundo números da Standard & Poor's (S&P).

Wood diz que os indicadores fiscais do Brasil vem melhorando, mas acha que o país ainda gasta muito com juros. Ao ter despesas financeiras elevadas, sobram menos recursos para investimentos e programas sociais, nota ele. Para reduzir a carga de juros, seria importante ter uma política fiscal mais apertada, com o controle das despesas correntes (como pessoal, aposentadoria e custeio da máquina), o que tiraria um pouco do peso da política monetária. Wood acredita que esse ajuste, porém, ficará para 2011, já que num ano eleitoral não deverá ocorrer um aperto fiscal mais relevante.

Se as projeções de Wood estiverem corretas, o Brasil vai gastar R\$ 189 bilhões com juros neste ano, quase R\$ 20 bilhões a mais do que em 2009, ou 1,5 vez o custo do Bolsa Família neste ano, ou cerca de 80% dos quase R\$ 24,9 bilhões de desonerações tributárias concedidas em 2009, para combater os efeitos da crise global.

Embora os gastos financeiros ainda sejam elevados, eles têm mostrado uma tendência inequívoca de queda nos últimos anos quando se leva em conta as despesas como proporção do PIB. Em 2003, por exemplo, o setor público destinou o equivalente a 8,47% do PIB para o pagamento de juros, num ano em que a taxa Selic média ficou em 23,4% e o crescimento foi de 1,1%. Nos anos seguintes, os juros caíram e o Brasil passou a registrar taxas mais expressivas de crescimento. A dívida pública também declinou como proporção do PIB, graças a superávits primários expressivos, embora seja alta para padrões internacionais.

Para 2011, é possível que a carga de juros volte a subir como proporção do PIB, avalia o economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges. A questão, segundo ele, é que a Selic média no ano que vem (11,2%, de acordo com estimativas da LCA) deve ser maior do que os 9,5% projetados para este ano. Além disso, o PIB deve crescer em 2011 menos que os 6,1% previstos para este ano, diz Borges. Nesse cenário, ele acredita que o país poderá gastar 4,9% do PIB em 2011, mais que os 4,7% do PIB estimados para este ano. Mas a tendência de queda tende a ser retomada nos anos seguintes, à medida que os juros voltarem a cair, acredita.

As despesas financeiras do Brasil também seguem elevadas na comparação internacional, mas há alguns países em que a carga de juros é mais elevada. Segundo números da EIU, a Jamaica deve destinar o equivalente a 14,6% do PIB para pagar juros, enquanto a Grécia, que está no meio do olho do furacão da crise global, deve gastar 6,7% do PIB, percentual idêntico ao da Hungria. No Paquistão, as despesas financeiras devem equivaler a 5,8% do PIB.

A criação de quilombos – Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 15/02/2010

Há todo um processo em curso, encampado pela Fundação Palmares, pelo Incra e pelo Ministério Público Federal (particularmente a sua 6ª Câmara), de ressignificação da palavra quilombo, visando a enquadrar todas as suas ações numa interpretação do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. Esse processo conta até com o apoio de setores da comunidade de antropólogos.

Foi igualmente essa posição que fundamentou o Decreto 4.887, de 2003, estabelecendo os critérios de desapropriação baseados na autoatribuição e na autodefinição.

Desde então, tais formulações só se têm reforçado.

A Constituição de 1988 é inequívoca no uso do conceito de quilombo, significando, na época, uma comunidade de escravos fugidios, mormentenegros, que constituíram povoados em regiões longínquas com o intuito de oferecer resistência aos que vinhamem sua perseguição.

Ela é igualmente inequívoca ao assinalar, naquela data, as terras que eram efetivamente ocupadas, de forma continuada, por negros, entendidas como terras públicas ou devolutas. Concebia-se a existência de, no máximo, cem quilombos no País.

Ora, o movimento da dita ressemantização, assumido oficialmente pela Fundação Palmares, pelo Incra e pelo Ministério Público Federal, altera radicalmente os termos da questão, com o intuito de justificar invasões e contenciosos jurídicos.

Calcula-se, a partir da nova significação, a “existência” no País de praticamente 4 mil quilombos, podendo esse número ser ainda muito maior. Umprimeira estimativa, provisória, seria de 22 milhões de hectares a serem destinados a essa “nova reforma”, agrária num sentido, mas, em outro, atingindo diretamente centros urbanos.

Um quilombo passa, então, a ser definido segundo uma identidade simbólica baseada na autoatribuição.

Basta um determinado grupo autointitular-se quilombola, a partir de uma suposta comunidade de raça, religião e sentimentos, para que se estabeleça uma pretensão territorial.

É interessante observar que não se trata mais de terras ou propriedades, mas de “territórios”, supostamente fundados nessa identidade simbólica, cultural.

O trabalho do antropólogo se reduziria, por assim dizer, a colher relatos orais que justificariam uma pretensão, de antemão reconhecida como justa.

Ocorre o que é denominado redimensionamento do próprio conceito de quilombo, sua ressemantização, num processo de construção teórica, que não se contenta com o que os constituintes de 1988 consideravam como sendo um quilombo. De um lado, temos o que a Constituição estabelece conforme o que era pensado com esse conceito; de outro, temos os antropólogos conferindo à Constituição um significado que não é dela, significado esse não pensado pelos constituintes. A situação política é assaz curiosa, porque os antropólogos se colocam na posição de verdadeiros constituintes, sem terem sido eleitos com tal finalidade.

A inversão é total.

Foi introduzida, graças a um grupo de antropólogos, uma distinção de cunho ideológico e político entre o quilombo propriamente dito, renomeado “quilombo histórico”, e o quilombo então dito “conceitual”, que seria o “verdadeiro” quilombo. Tratase de uma oposição entre o que seria o “reconhecimento” de um quilombo pelo

Estado, num ato oficial, administrativo, político e jurídico de consagração de uma realidade, e o que seria um ato próprio de criação, produto de uma ressemantização, uma nova atribuição de significado à palavra quilombo, um quilombo imaginário.

Observe-se que, no primeiro caso, estaríamos diante do que é denominado “quilombo histórico”, reconhecimento de uma realidade dada, de algo existente, e, no segundo, de uma produção propriamente simbólica, à qual se seguiria uma atribuição de existência. Num caso, há o reconhecimento de algo existente, no segundo, a produção de uma nova existência, não anteriormente dada. Ainda nesta última alternativa, a produção de uma nova existência, a criação de quilombos, obedece a um projeto de ONGs e movimentos sociais, que se conjugam naquilo que vem a ser um empreendimento político, também denominado criação de “novos sujeitos políticos”.

De fato, o quilombo histórico não serve à causa quilombola.

Como a lei, no entanto, deve ser observada, e como eles se reivindicam do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição, torna-se necessário empreender um processo de metaforização, no qual, a rigor, tudo passa a caber, na medida em que são os próprios antropólogos que conferem a símbolos culturais e religiosos uma realidade medida em acres e hectares.

Para que a sua finalidade política seja preenchida, uma operação preliminar é condição imprescindível, a da “conversão simbólica”, que deixa para trás, precisamente, o significado da palavra quilombo e, com ela, a própria Constituição.

O quilombo histórico é atestado pela própria sociedade brasileira, com suas leis e instituições administrativas, que tomam essa realidade em seu significado aceito e reconhecido. O dicionário é o veículo dessa aceitação e desse reconhecimento, tomado por válido durante décadas e séculos. Trata-se da condição mesma mediante a qual pensamos e nos entendemos, atribuindo o mesmo significado às mesmas palavras. Se assim não fosse, viveríamos entre loucos e insensatos, cada um atribuindo um significado diferente às mesmas palavras e instrumentalizando, por meio dessa atribuição de significados, a essa ressemantização, uma luta propriamente política.

Confúcio dizia: “Quando palavras perdem o seu sentido, o povo vai perder a sua liberdade.”

Muitas vezes, as palavras mudam para que novos significados sejam introduzidos, embora tais mudanças, frequentemente, sejam ditas meras mudanças nas palavras, sem alteração em seus significados. A linguagem jurídica, e mesmo moral, tornase, então, um instrumento da luta política e ideológica.

Preconceito contra o agronegócio – Cesário Ramalho da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 17/02/2010

O PROGRAMA Nacional de Direitos Humanos proposto pelo governo federal deveria preservar a sigla PNDH, mas trocar a descrição. Pelo seu conteúdo autoritário, anacrônico e ideológico, deveria chamar-se Programa Nacional de Discriminação Humana.

O documento, que já sofreu uma saraivada de críticas de parcelas distintas da sociedade, ameaça o direito de propriedade, a legitimidade de instituições, a liberdade de imprensa e o pluralismo religioso, só para destacar alguns pontos. É um risco à democracia.

Mesmo sendo apenas um conjunto paradoxal de propostas, sem valor legal e chance de vingar no Congresso, o programa mostra que ideias originais (revolucionárias, por sinal) de segmentos radicais do partido do governo não estavam sepultadas.

O item relativo ao direito de propriedade é tão absurdo que nos faz imaginar das duas uma: ou o seu idealizador é imune a constrangimentos, por acreditar que uma ideia ridícula dessas encontraria abrigo na sociedade, ou é presunçoso ao extremo ao entender que conseguirá convencer o país a caminhar pela estrada da insensatez. Sábio, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, tachou o PNDH de preconceituoso.

Ao defender audiências públicas como primeira instância para ocorrências de invasão de propriedades, sejam rurais, sejam urbanas, o PNDH instantaneamente divide a posse do imóvel entre proprietário e invasor.

Enterra o Judiciário como genuíno agente de decisão da questão e conseqüentemente ignora a lei vigente. Dá as costas para a Constituição Federal. Sem poder contar imediatamente com o recurso do pedido de reintegração de posse ao Judiciário, o proprietário seria obrigado a ter que sentar à mesa com quem invadiu seu imóvel para negociar o que já é seu. Uma incoerência, que não passa de mais uma tentativa ideológica de aniquilação do frágil direito de propriedade. A concretização dessa situação irracional aumentaria a insegurança jurídica, podendo retrair investimentos nacionais e sobretudo internacionais.

O documento ventila ainda a adoção de novas tecnologias, como biotecnologia e nanotecnologia, e a aprovação de licenciamentos ambientais ao crivo de comissões sindicais, ONGs e movimentos políticos disfarçados de sociais, entre outros, que não têm qualquer conhecimento para esse tipo de decisão.

O PNDH vai de encontro à ação do próprio presidente Lula, que defende a condução dos trabalhos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), com base no conhecimento técnico-científico.

Para a Sociedade Rural Brasileira, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, mentor do ataque institucional ao agronegócio presente no PNDH, quer debelar o setor que mais vem contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Eficiente, o agro brasileiro gera emprego e renda, produz comida segura e barata, exporta alimentos, fibras e energia para mais de uma centena de países, garantindo bilhões de dólares em reservas cambiais à nação -um colchão de recursos, aliás, que deu forças para o Brasil atravessar a recente crise mundial. Mesmo assim, o ministro Cassel insiste no dogma que tudo que vem da agricultura comercial é negativo e que somente a agricultura familiar merece elogios.

A SRB discorda totalmente disso na sua história de 90 anos. O agro é um só. O produto rural brasileiro é um só, seja do pequeno, seja do médio, seja do grande produtor. Todos formam e têm seu papel, segundo suas características regionais e perfil de produção.

Pensar de forma diferente é negar o direito do pequeno almejar crescer e tornar-se grande, como constantemente ressalta o presidente Lula.

Ao apoiar a criação de entraves para a reintegração de posse, o ministro Cassel estimula a violência. Mais do que destruir o agro e o processo contínuo de transferência de benefícios socioeconômicos do setor para a sociedade, segmentos atrasados do governo querem emplacar na agenda pública ideais e vontades pseudossocialistas que já foram desacreditados no século passado.

Crer que um Estado "todo poderoso" é sinônimo de melhores dias é regredir na história. O capitalismo não é perfeito, vide a recente crise financeira. Todavia, até o momento, é o modelo que melhor possibilita a busca pela independência socioeconômica a qualquer pessoa.

O que cabe questionar agora é se esse tipo de pensamento contaminaria as políticas públicas de uma eventual continuidade dessa administração. Queremos ser a Venezuela ou o Chile? Chegará a hora de escolher.

CESÁRIO RAMALHO DA SILVA, 65, é presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e diretor do Departamento de Agronegócio da Fiesp.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
debates@uol.com.br

Kátia Abreu propõe ações para acabar com a continuidade da pobreza no Brasil
– Sítio Eletrônico da CNA – 23/02/2010

Há muitas décadas, comemora-se a entrada de milhões de famílias nos programas sociais do governo, mas não se celebra a saída destas mesmas pessoas da condição de pobreza em que vivem. Precisamos acabar com esse processo contínuo. A manifestação é da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que propôs hoje (23/2) uma parceria com o governo e diversos segmentos da sociedade para realizar um mutirão de ações para acabar com a continuidade do ciclo da miséria no Brasil. “Se nós avaliarmos os programas sociais brasileiros nos últimos 30, 40 anos, veremos que nenhum teve continuidade. Os programas levaram muitos nomes e se foram e os pobres continuam os mesmos”, disse a senadora, ao lembrar uma das principais bandeiras defendidas pela fundadora e coordenadora da pastoral da Criança, Zilda Arns, a grande homenageada em sessão realizada nesta terça-feira no Senado Federal, que foi uma das milhares de vítimas do terremoto ocorrido em 12 de janeiro que assolou o Haiti.

Em seu pronunciamento, a presidente da CNA lembrou que a pobreza é um legado de várias décadas, sem que os pais possam deixar qualquer tipo de herança para seus filhos que permitam que estes saiam da condição de pobreza. “O sonho de

cada pai é deixar uma herança para o filho, seja uma faculdade, uma casa, um pedaço de chão, um pequeno comércio, mas os pobres no Brasil recebem apenas a miséria, porque os programas sociais do Brasil são rasos, que admitem apenas a gestão da pobreza. Precisamos acabar com esse processo contínuo, como Zilda Arns sempre sonhou”, frisou Kátia Abreu. A senadora disse também que dará continuidade ao convênio assinado no ano passado entre o SENAR e a Pastoral da Criança, que já promoveu o treinamento de 392 agentes pastorais em culinária básica e uso seguro de plantas medicinais e alimentos. “Daremos mais força ainda e estenderemos esse convênio, iniciado no Paraná, a todos os estados”, reforçou Kátia Abreu.

Ao recordar da tragédia que resultou no falecimento de Zilda Arns e militares brasileiros no Haiti, a senadora destacou as diversas ações de solidariedade no Brasil, listando a doação de mais de 130 toneladas de alimentos em parceria com algumas entidades representativas do agronegócio, que seguiram em dez aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). Ela propôs, ainda, que o Brasil promova um intercâmbio cultural com crianças haitianas, até que seus pais se reestruturem no Haiti. “Os produtores rurais brasileiros estarão prontos para receber essas crianças para que sofram menos, até que seus pais tenham suas casas reconstruídas e os empregos restabelecidos. Estaremos à disposição e precisaremos da ajuda do governo nesse projeto”, enfatizou, lembrando do convênio assinado no mês passado com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores, que vai proporcionar a transferência de conhecimento para a elaboração de modelos de unidades agrícolas que garantam o sustento das famílias haitianas. “Vamos levar nosso conhecimento para reconstruir a área rural naquele país”.

Tucanos buscam discurso sobre Bolsa Família – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/02/2010

O PSDB se reúne hoje em Brasília em busca de respostas para uma dúvida exposta por sua bancada: como abordar, num ano eleitoral, o programa que é vitrine do governo Lula, o Bolsa Família. A pedido da bancada do partido no Senado e na Câmara, foi criada uma comissão com a missão de apresentar um discurso para área social. No partido, o consenso é o de que o Bolsa Família deve ser mantido e ampliado. A tarefa da comissão -que inclui técnicos do partido e parlamentares- é definir a forma. Um dos integrantes da comissão, o deputado Eduardo Barbosa (MG) explica que o problema foi apresentado durante a reunião da bancada no início deste mês. "Ventilou-se como o PSDB se posicionaria publicamente, principalmente no ano eleitoral, frente ao Bolsa Família, que é um programa que dá sustentação ao atual governo", disse Barbosa. "A proposta é sobre a abordagem, como tratar do ponto de vista da comunicação", resumiu o líder do PSDB na Câmara, João Almeida (BA). Outro integrante da comissão, o deputado Emanuel Fernandes (SP) ressalta que essa não é a consolidação de um programa de governo para o PSDB, mas de um discurso para seus parlamentares. "Estamos discutindo a diferença dos nossos discursos para os outros partidos." A convite do cientista político Eduardo Graef, o vereador Floriano Pesaro e Ana Lobato, coordenadora da área social do governo FHC, farão uma exposição sobre a

origem do Bolsa Escola e de novos modelos de programas sociais desde então. Mais do que reivindicar a paternidade do programa, o desafio é oferecer alternativas convincentes para seu aperfeiçoamento. "Não existe a menor possibilidade de se mexer com o Bolsa Família. Vamos discutir o que podemos oferecer a mais como desenvolvimento social", afirma Floriano, que, inspirado no modelo indiano, aposta em ações complementares na área de habitação e crédito.

ONU pede mais que Bolsa-Família contra desigualdade – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 26/02/2010

Se o governo brasileiro conseguiu obter avanços no combate à fome nos últimos anos, a erradicação do problema só será atingida por meio de amplas reformas estruturais de distribuição de renda e de terras no País.

O alerta faz parte de um raio x completo da situação da fome no Brasil feito pela ONU. Em 30 páginas, a entidade insinua que, por enquanto, os programas sociais brasileiros estão lidando com os sintomas da pobreza, e não suas causas.

De acordo com o relatório, o que o governo não tem, estaria tirando com outra, porque parte importante dos programas destinados à classe mais pobre é financiado exatamente por essa parcela da população por meio de um sistema tributário "desigual".

O levantamento observa que o próximo presidente terá de criar uma nova estratégia de combate à fome, acelerar a reforma agrária e demarcação de terras indígenas, promover uma reforma tributária, ampliar programas de ajuda alimentar, garantir que projetos do PAC tenham impacto social e usar parte dos lucros do petróleo. O levantamento foi realizado pelo relator da ONU contra a Fome, Olivier de Schutter, e será debatido na plenária da entidade em março.

Apesar das críticas, a entidade admite os avanços "impressionantes" obtidos pelo Brasil desde 2002 em combater a pobreza e fome. A entidade diz, por exemplo, que a malnutrição infantil foi reduzida em 73% entre 2002 e 2008 e a morte de crianças em 45%. O problema, adverte, é a forma pela qual o programa é financiado. "Os programas implementados apenas serão efetivos se os recursos forem suficientes", alerta.

Segundo a ONU, uma reforma tributária terá de ocorrer para garantir um sistema mais justo. O relator indica que enquanto a camada mais pobre da população paga o equivalente de 46% de sua renda em impostos indiretos, a camada mais rica destina apenas 16%. "O relator conclui que, enquanto programas sociais desenvolvidos sob o Fome Zero tem uma abrangência impressionante, eles são fundamentalmente financiados pelas mesmas pessoas que pedem o benefício", afirma o documento. "O sistema tributário regressivo limita seriamente o impacto redistributivo desses programas".

Outro desafio apontado pelo relatório é a desigualdade de acesso à terra. Para a ONU, o País parece "incapaz de lidar de forma efetiva". Cerca de 2,4 milhões de propriedades ocupam 2,5% do território agrícola nacional.

747 mil fazendas ocupam 43%.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actonaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

